

ATITUDES SOCIAIS DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO¹

SOCIAL ATTITUDES OF ACCOUNTING STUDENTS CONCERNING THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES AT THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Rayla dos Santos Oliveira Dias¹, Monica Zaidan Gomes², José Augusto Veiga da C. Marques³

¹ Doutoranda em Ciências Contábeis pela UFRJ.

² Doutora em Administração de Empresas e Professora Associada da UFRJ.

³ Doutor em Administração de Empresas e Professor Titular da UFRJ..

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo mensurar e analisar o grau de favorabilidade das atitudes sociais dos discentes de Ciências Contábeis, em relação à inclusão de alunos com deficiência na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com abordagem de método misto, documental e levantamento (*survey*). Para análise dos dados, os alunos foram divididos em grupos em razão da idade, tempo de permanência na instituição, experiência com Pessoas com Deficiência, tipos de experiências e classificação econômica. O instrumento de coleta de dados foi o questionário com a Escala Likert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão (ELASI). Foram obtidos 291 questionários válidos, os dados foram tratados por meio do software estatístico SPSS, com o uso de estatísticas descritivas e testes não-paramétricos. Os resultados indicaram que as atitudes sociais dos alunos foram favoráveis à inclusão de alunos com deficiência, entretanto em relação às variáveis analisadas, os resultados sugerem que as atitudes sociais sofrem influência das características do indivíduo, além das características dos grupos, o que as tornam específicas e podem estar relacionadas a um conjunto de fatores e não exatamente a uma variável isolada.

Palavras-Chave: Pessoas com Deficiência, Ciências Contábeis, Atitudes Sociais.

ABSTRACT

The present study aimed to measure and analyze the degree of favorability of the social attitudes of students of Accounting Sciences, in relation to the inclusion of students with disabilities in the Faculty of Management and Accounting of the Federal University of Rio de Janeiro. Regarding the methodological procedures, this research is characterized as descriptive and exploratory, with a mixed method approach, documentary and survey. For data analysis, the students were divided into groups according to age, length of stay in the institution, experience with People with Disabilities, types of experiences and economic classification. The data collection instrument was the questionnaire with the Likert Social Attitudes toward Inclusion Scale (ELASI). 291 valid questionnaires were obtained, the data were processed using SPSS statistical software, using descriptive statistics and non-parametric tests. The results indicated that students' social attitudes were favorable to the inclusion of students with disabilities, however in relation to the variables analyzed, the results suggest that social attitudes are influenced by the characteristics of the individual, as well as the characteristics of the groups, which make them specific and may be related to a set of factors rather than to an isolated variable.

Keywords: People with Disabilities, Accounting, Social Attitudes.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

* Os autores são membros do Grupo de Pesquisa 'Políticas de Inclusão e Tecnologias Assistivas na Educação Contábil e Financeira' do PPGCC/UFRJ.

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros movimentos sociais das pessoas com deficiência (PCD), datam a partir de 1950, no entanto de forma isolada, foi apenas a partir da década de 1970, que tais movimentos se organizaram socialmente e politicamente, com a mobilização por direitos legais, dentre estes a educação (DUARTE, 2017). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) sob a perspectiva médica, a deficiência é definida como a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica de forma temporária ou permanente (OMS, 2004).

No contexto internacional, destacam-se como grandes marcos em relação à educação de alunos com deficiência, duas convenções internacionais. A primeira foi a Convenção de Jontien de 1990, com a Declaração Mundial de Educação para todos, na qual as nações reafirmaram em seu preâmbulo que "toda pessoa tem direito à educação", conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1998, p. 1). A segunda ocorreu em 1994, com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que gerou a Declaração de Salamanca, definindo princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) instituída em 1996, apresentou no art. 58, o conceito de educação especial, ainda que para educação básica, como "a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais", de forma que pudessem atender as suas necessidades específicas (BRASIL, 1996, p. 1). E no mesmo ano, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) organizou o primeiro documento, o Aviso Curricular nº 277 de 8 de maio de 1996, direcionado às pessoas com necessidades especiais no ensino superior.

Em 2015, após quinze anos de tramitação foi aprovada, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A lei tem como base a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre os direitos das PCD, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício

dos direitos e das liberdades fundamentais, por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Apesar de ter crescido nos últimos anos, o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior público e privado, ainda é incipiente, representando apenas 0,45% do total de 8 milhões de matrículas (INEP, 2017). De acordo com o último Censo Demográfico, 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja do tipo visual, auditiva, motora ou mental/intelectual, representando 23,9% da população brasileira em 2010 (IBGE, 2011). Em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mudou a linha de corte para a construção dos indicadores sobre PCD para alinhar-se com as orientações do Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência, passando a considerar que no Brasil, em 2010, haviam 12.748.663 pessoas com deficiência, ou 6,7% do total da população, sendo que a linha de corte que se aplica à deficiência mental/ intelectual não sofreu alteração (IBGE, 2018). No Censo da Educação Superior de 2016, o curso de ciências contábeis foi o 5º curso de Ensino a Distância (EAD) com maior número de matrículas de alunos com deficiência e o 6º na lista na modalidade presencial (INEP, 2017).

Um grande marco para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, foi a Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência - PCD, nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, conhecida como a Lei de Cotas para as pessoas com deficiência (BRASIL, 2016).

Apesar do Estatuto da Pessoa com Deficiência garantir o direito de acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas, ainda há barreiras a serem superadas (OMOTE, 2013). As barreiras são entendidas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa com deficiência, assim como o exercício de seus direitos à acessibilidade, liberdade de expressão, comunicação, ao acesso à informação, compreensão, circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015).

Dentre as barreiras, o estudo de Pletsch e Melo (2017) evidenciou que a barreira atitudinal é considerada uma das maiores barreiras vivenciadas pelos alunos no ensino

superior. A barreira atitudinal é definida pela legislação como “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 2).

A atitude é entendida como um estado mental ou neural de prontidão, que é organizado através das experiências, e influencia na resposta do indivíduo a todos os objetos e situações com os quais está relacionado, podendo ainda ser carregada de emoção que predispõe ações em determinadas situações sociais (ALLPORT, 1935; ANTONAK, 1988). Já as atitudes sociais podem ser entendidas ainda, como um reflexo do treinamento social e se traduzem na interação social de um indivíduo (FORT et al., 2017). Essas atitudes podem ser mensuradas por escalas, como por exemplo a escala desenvolvida por Omote (2005).

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é mensurar e analisar o grau de favorabilidade das atitudes sociais dos discentes de Ciências Contábeis, em relação à inclusão de alunos com deficiência na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e verificar se as variáveis idade, tempo de permanência na instituição, experiência com PCD e tipos de experiência, além da classificação econômica, influenciam as atitudes sociais dos alunos em relação à inclusão.

A importância da realização deste estudo, justifica-se tanto pela escassez de pesquisas acadêmicas sobre a temática de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, em especial nos cursos de graduação em contabilidade, quanto pesquisas que versam sobre as atitudes dos alunos em relação ao processo de inclusão no ensino superior de forma geral. Entender a interação e as possíveis barreiras impostas por esse grupo torna-se fundamental, especialmente considerando os indivíduos de fora do grupo, como pessoas com deficiência (FORT, 2017).

Este estudo apresenta uma interface entre o ensino contábil e a educação inclusiva no contexto do ensino superior público brasileiro, além de trazer uma discussão de pesquisas nacionais e internacionais acerca do tema. Espera-se, com a realização deste estudo, contribuir de forma teórica, indicando a lacuna de pesquisas acerca do tema na área de negócios, como contribuições metodológicas, apresentar a

aplicação de escalas de mensuração de atitudes sociais aos alunos de ciências contábeis e a relação com novas variáveis até então ainda não analisadas neste contexto, e por fim como contribuições empíricas, ampliar a discussão acerca da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, principalmente nos cursos de ciências contábeis, além de subsidiar os gestores do processo de inclusão, com a identificação das atitudes favoráveis ou desfavoráveis, e as variáveis que precisam ser trabalhadas para melhor resultado nesse processo, como por exemplo a inserção desta temática na grade curricular com disciplinas eletivas aos alunos ou eventos e capacitações aos docentes e apoio administrativo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A deficiência é tanto uma questão de direitos humanos, como uma questão de desenvolvimento, uma dualidade que foi reconhecida na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, abordando a importância da inclusão de PCD, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável incluiu várias metas de desenvolvimento e ambientes acessíveis (UNITED NATIONS, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresenta o conceito de pessoa com deficiência da seguinte forma:

Art 2º. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.01).

No âmbito internacional algumas iniciativas foram muito importantes, dentre elas, destacam-se as diretivas comunitárias da União Europeia sobre igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência nas áreas do combate à discriminação. Portugal foi um dos países que adotou o Plano de Ação Europeu para a Deficiência (2004-2010), que teve como princípio a aplicação de valores de não-discriminação, e integração das pessoas com deficiência ou incapacidade na União Europeia (FERNANDES; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2016).

Nos EUA, a *Americans with Disabilities Act* (ADA) foi criada em 1990, para garantir os direitos civis, combatendo a discriminação contra pessoas com deficiência em todas as áreas da vida pública, incluindo empregos, escolas, transportes e todos os locais públicos e privados abertos para o público em geral (ADA, 1990). Simonson, Glick e Nobe (2013) destacam que as instituições de ensino superior financiadas pelo governo federal, têm a responsabilidade de fornecer um ambiente de educação de qualidade para todos os estudantes que as frequentam.

No Brasil, Schliemann e Nogueira (2014) afirmam que a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior começou no final dos anos noventa, tornando-se cada vez mais atual e necessária. De acordo com Almeida Jr e Fernandes (2016) o estudante com deficiência tem dificuldade de ingressar no ensino superior, e isso pode ser explicado pela ausência de se efetivar políticas de acessibilidade. Os alunos com deficiência estão entrando no ensino superior em uma proporção crescente e, por isso, é importante que as universidades desenvolvam adequadamente os serviços relacionados à atender as necessidades desses alunos. As taxas de satisfação dos alunos e o modo como percebem os serviços que lhes são prestados, podem desempenhar um papel importante para as instituições a fim de melhorarem seus serviços (BLACKWELL, 2018).

2.2 O ENSINO DA CONTABILIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Barreto Neto (2004, p.6) trouxe uma reflexão em relação à contabilidade inclusiva, apontando diretrizes para “fomentar o ensino superior em contabilidade de forma didaticamente eficiente, soberanamente imprescindível e socialmente justa e responsável. Já Kraemer (2006) analisou a educação inclusiva e a contabilidade, e destacou que a presença de alunos com deficiência estimula a reflexão sobre os conteúdos, as metodologias e o sucesso do ensino e da aprendizagem na universidade. Esta temática foi abordada por Carvalho (2015) em sua dissertação de mestrado, na qual o objetivo foi entender a trajetória de vida de alunos com deficiência graduados e com alguma passagem pela contabilidade. Os resultados indicaram como facilitador deste processo de inclusão, a relação com os colegas de sala. A autora destaca ainda que a divulgação dos serviços existentes deve ser ampliada, a fim de que todos tenham

consciência de seus direitos, e concluiu que apesar do enorme avanço ocorrido nas últimas décadas, ainda há muito a ser desenvolvido nas IES para que se possa garantir o direito de todos à educação.

Dias *et al.* (2018) analisaram os métodos e recursos utilizados no processo de ensino-aprendizagem do Método das Partidas Dobradas para alunos com deficiência visual de uma IES pública do interior do Rio de Janeiro. A pesquisa com docentes e discentes dos cursos de administração e ciências contábeis evidenciou que os docentes não adotaram uma metodologia específica para lecionar aos alunos com deficiência, e os métodos e recursos utilizados em sala eram os métodos considerados como ensino tradicional: aula expositiva, resolução de exercícios, quadro negro, livros e apostilas.

Considerando a possibilidade de impacto no desempenho dos alunos em razão de suas deficiências ou até mesmo das barreiras do processo de inclusão, o estudo realizado por Carmo e Cunha (2016) teve por objetivo analisar o desempenho dos alunos de ciências contábeis com Necessidades Educacionais Especiais – NEE, de todo o território nacional que realizaram o ENADE em 2012. Os autores utilizaram estatísticas descritivas e testes não-paramétricos, aplicados aos dados de 47.299 alunos concluintes, e os resultados evidenciaram que os alunos com NEE apresentaram um aproveitamento equivalente ao do grupo de alunos sem NEE, ou seja, não foram encontradas diferenças significativas entre os desempenhos dos alunos com ou sem NEE.

2.3 ATITUDES SOCIAIS EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS ESTUDOS CORRELATOS

O conceito de atitude tem sido freqüentemente estudado nas ciências sociais, entretanto não há um entendimento universalmente aceito no qual sua definição e mensuração sejam integradas (CHAIKLIN, 2011).

O termo "atitude", tanto no uso coloquial como no científico, refere-se às disposições dos homens para ver as coisas de certas maneiras e para agir de acordo. Atitudes são complexos de idéias e sentimentos. Na realidade, alguns dos elementos que estão contidos, ou são considerados contidos em atitudes, são também aqueles que estão

contidos em motivos; mas, analiticamente, atitudes e motivos são diferentes (COHEN, 1966, p. 01).

Para Santana (2013) as atitudes se constituem em fenômenos comportamentais vivenciados pela humanidade desde tempos remotos e destaca que a adoção de atitudes, seja individualmente ou coletivamente, orienta as ações dos indivíduos e suas relações com os outros e objetos sociais. De acordo com Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009), a atitude social é uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que dispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a esse objeto.

Essas atitudes podem ser modificadas, Fonseca-Janes e Omote (2015) afirmam que as atitudes sociais favoráveis à inclusão, podem ser construídas por meio de intervenção, sendo uma das possibilidades a criação de estratégias para que os grupos minoritários possam demonstrar suas potencialidades.

O desenvolvimento das primeiras técnicas de mensuração de atitudes, datam da década de 1920 e 1930 por Bogardus, Thurstone e Likert que tornaram possível o desenvolvimento psicométrico com medidas sofisticadas de atitudes gerais, que poderiam ser padronizadas para uso em uma variedade de estudos. A primeira e mais simples escala de atitudes foi o primeiro conto da *Bogardus Social Distance* em 1925 (YUKER; BLOCK; YOUNNG, 1960).

No Brasil, para mensurar as atitudes sociais, o Grupo de Pesquisa Diferença, Desvio e Estigma da Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Marília, desenvolveu a Escala Likert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão (ELASI), e a partir de então tem sido utilizada por diversos estudiosos na área de educação, para mensurar as atitudes sociais de alunos, docentes e profissionais da educação. O quadro 1 apresenta os objetivos dos principais estudos encontrados, assim como os resultados das variáveis analisadas.

Quadro 1 – Estudos Correlatos

Autores	Objetivo do Estudo	Variáveis Analisadas e Resultados acerca das Atitudes Sociais em Relação à Inclusão de PCD
Omote e Pereira Jr (2011)	Descrever as atitudes sociais de professores do Ensino Fundamental em relação à inclusão e identificar as variáveis a elas relacionadas.	<ul style="list-style-type: none">• Idade: não significativa estatisticamente.• Formação: não significativa estatisticamente.• Tempo de experiência docente: não significativa estatisticamente.

		<ul style="list-style-type: none"> • Experiência docente com alunos com deficiência: significativa estatisticamente.
Santana (2013)	Investigar as atitudes sociais em relação ao acolhimento dos alunos com deficiência na UNESP de Presidente Prudente.	<ul style="list-style-type: none"> • Idade: não significativa estatisticamente. • Gênero: não significativa estatisticamente. • Experiência com colegas de turma com deficiência: De 8 subgrupos analisados, apenas um grupo apresentou diferença significativa estatisticamente.
Vieira (2014)	Analisar os efeitos de uma capacitação de professores para ministrar um programa informativo aos seus alunos nas atitudes sociais de ambos em relação à inclusão.	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito da Capacitação Docente: significativa estatisticamente. • Efeito da Capacitação Docente aos Estudantes: significativa estatisticamente. • Mudanças Positivas a longo prazo: significativa estatisticamente.
Chahini (2016)	Analisar as atitudes sociais de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na Educação Superior.	<ul style="list-style-type: none"> • Idade: não significativa estatisticamente. • Experiência com colegas de turma com deficiência: significativa estatisticamente. • Experiência docente com alunos com deficiência: não significativa estatisticamente.
Omote (2016)	Verificar se as atitudes sociais em relação a inclusão, entre os estudantes universitários podem ser influenciados pelos conteúdos curriculares do curso.	<ul style="list-style-type: none"> • Comparação entre cursos: os estudantes dos cursos pertencentes a áreas de saúde e educação apresentaram atitudes sociais significativamente mais favoráveis que os dos demais cursos.
Souza (2017)	Analisar as atitudes sociais em relação à inclusão e às concepções sobre o Atendimento Educacional Especializado de alunos de um curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Atendimento Educacional Especializado.	<ul style="list-style-type: none"> • Idade: não apresentou diferença estatisticamente significativa. • Experiência docente: não apresentou diferença estatisticamente significativa. • Comparação entre cursos: os alunos que optaram pela área da deficiência intelectual apresentaram atitudes sociais significativamente mais favoráveis que os alunos da área de deficiência auditiva. • Concepção a respeito do Atendimento Educacional Especializado: não apresentou diferença estatisticamente significativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

De forma geral, os estudos analisaram as variáveis: idade, gênero, formação, tempo de experiência docente, capacitação docente, experiência com PCD, e cursos de graduação. Dessas variáveis, apresentaram diferença significativa de forma a influenciar as atitudes sociais as variáveis: capacitação docente, experiência com PCD e cursos de graduação, evidenciando que a interação com o tema seja por meio de capacitação, curso ou disciplinas sobre o tema, influenciou positivamente as atitudes sociais de discentes e docentes.

Por outro lado, as variáveis: idade, gênero, tempo de experiência docente não apresentaram diferença estatisticamente significativa, ou seja, não foi possível afirmar

com estes estudos que as atitudes sociais poderiam se tornar mais favoráveis em razão exclusivamente dessas variáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação ao objetivo, este estudo é classificado como descritivo e exploratório, o estudo descritivo tem por objetivo a descrição de fenômenos ou características associadas com a população-alvo, além de proporcionar descobertas de associações entre as diferentes variáveis (COOPER; SCHINDLER, 2011). Já a pesquisa exploratória, ocorre quando há pouco conhecimento acerca da temática estudada. Dessa forma, o estudo exploratório proporciona um conhecimento com profundidade em relação ao assunto (RAUPP; BEUREN, 2013). Esta pesquisa pode ser considerada ainda, uma pesquisa de métodos mistos, que de acordo com Creswell e Plano Clark (2013) direciona a coleta e análise de dados com a mistura de abordagem qualitativa e quantitativa.

Quanto aos procedimentos adotados é caracterizada como bibliográfica, levantamento (*survey*), documental e estudo de caso. A pesquisa documental é definida por Raupp e Beuren (2013), como a pesquisa que se baseia em materiais que ainda não receberam tratamento analítico, e foi realizada em sites institucionais e documentos publicados. Conforme Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

A população da pesquisa foi composta por todos os alunos matriculados no curso de graduação em Ciências Contábeis da FACC-UFRJ, Campus Praia Vermelha. No momento inicial da coleta, levantou-se junto a secretaria do curso, a quantidade de alunos com matrículas ativas em 2018.2, resultando no total de 920 alunos. A amostra foi composta pelos alunos que cursavam as disciplinas dos 1º ao 3º períodos e do 6º ao 8º períodos, o que permitiu analisar a atitude dos alunos em relação à variável tempo de permanência na UFRJ.

O instrumento de coleta de dados foi o questionário com a Escala Likert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão (ELASI), que apesar de possuir duas versões,

neste estudo adotou-se a ELASI na forma A, assim como os estudos de Orrico (2011), Santana (2013) e Souza (2017). A mensuração das atitudes sociais pela ELASI resulta em um escore total de cada participante que é obtido após a soma dos pontos nas 30 afirmativas, essas afirmativas variam o grau de concordância entre concordo totalmente e discordo totalmente, e cada afirmativa recebe uma pontuação de 1 a 5 em função do grau de concordância e do grupo (favoráveis ou desfavoráveis à inclusão). Portanto, os escores individuais estão compreendidos em no mínimo 30 e no máximo 150 (OMOTE, 2005). Há mais cinco afirmativas na ELASI que correspondem a “escala da mentira”, cujas respostas esperadas nessas afirmativas são de concordância total ou parcial pelo participante. O escore da “escala mentira” é a soma dos pontos obtidos nessas cinco afirmativas, portanto, pode variar de 0 a 5. Os escores da escala mentira foram utilizados para validar os questionários, o que indicaria o nível de confiabilidade das respostas (OMOTE, 2005; VIEIRA, 2014).

Além da ELASI, o questionário levantou o perfil do aluno quanto à idade, início e previsão de término do curso, se era pessoa com deficiência, e se sim, qual o tipo de deficiência. Também foi investigado se o respondente possuía experiência com pessoas com deficiência, e em caso afirmativo, qual era o tipo de experiência: acadêmica ou profissional. Era composto ainda, pelo Critério Brasil de Classificação Econômica (ABEP, 2018) criado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP, com objetivo de definir classes econômicas, disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Quanto à validação do instrumento de coleta, o pré-teste foi realizado presencialmente na UFRJ, com três alunos de graduação em administração e ciências contábeis, os quais não foram considerados na amostra.

A coleta de dados ocorreu presencialmente durante os meses de outubro e novembro de 2018, após contato via e-mail com os professores das disciplinas e agendamento para abordagem dos alunos em sala de aula, foram obtidos um total de 304 respostas. Quanto à validação das respostas obtidas, 8 questionários foram excluídos da base de dados por estarem incompletos, enquanto na validação pela “escala mentira”, apenas 1 questionário foi eliminado por apresentar baixa confiabilidade das respostas, uma vez que a elevada pontuação nesta escala indica que

as afirmativas não foram respondidas com a devida atenção, e poderia dessa forma comprometer os resultados.

Dentre os participantes da pesquisa, 4 alunos declararam-se PCD: 2 alunos com deficiência visual (visão parcial ou baixa visão), 1 aluno com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, 1 aluno com deficiência auditiva, estes alunos foram retirados da amostra, portanto após passar pelas três etapas de validação, a amostra final foi composta por 291 questionários válidos, o que correspondeu a 31,6% do total de alunos com matrículas ativas no período da coleta.

Os dados foram tabulados com auxílio do *Software Microsoft Excel* e organizados de forma sistematizada, para que pudessem ser realizados os testes estatísticos no *Software IBM SPSS 22*. Para definir os testes a serem utilizados, foram verificados os pressupostos básicos de normalidade dos dados e da homogeneidade das variâncias da amostra. Todos os testes adotaram um nível de 5% de significância e as hipóteses testadas estão evidenciadas no quadro 2.

Quadro 2 – Testes e Hipóteses

Teste	Hipóteses	Resultados
Kolmogorov-Smirnov Shapiro-Wilk	H0: a distribuição é normal H1: a distribuição não é normal	Para p-valor $\geq 0,05$; aceita-se H0, e para p-valor $< 0,05$; rejeita-se H0
Levene	H0: as variâncias são iguais H1: há pelo menos um dos grupos com variância diferente	Para p-valor $\geq 0,05$; aceita-se H0, e para p-valor $< 0,05$; rejeita-se H0.
U de Mann-Whitney	H0: os grupos não apresentam diferença significativa nas atitudes sociais H1: os grupos apresentam diferença significativa nas atitudes sociais	Se o p-valor $> 0,05$; aceita-se H0, e se o p-valor $\leq 0,05$; rejeita-se H0.
Kruskal-Wallis	H0: os grupos não apresentam diferença significativa nas atitudes sociais H1: pelo menos um dos grupos apresenta diferença significativa nas atitudes sociais em relação aos demais grupos	Se o p-valor $> 0,05$; aceita-se H0, e se o p-valor $\leq 0,05$; rejeita-se H0.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O resultado obtido pelo escore ELASI foi analisado em relação às cinco variáveis levantadas pelo perfil do aluno, que posteriormente foram divididas em grupos, conforme apresentado no quadro 3:

Quadro 3 – Variáveis Analisadas

Variável	Descrição
Faixa Etária	Os alunos foram divididos em 5 faixas etárias de acordo com a idade informada no questionário. As faixas variaram de 17 a 19 anos; 20 a 22 anos; 23 a 25 anos; 26 a 28 anos; 29 a 31 anos; e acima de 31 anos.
Tempo de Permanência na UFRJ	O tempo de permanência na UFRJ foi definido em razão do período em que o aluno estava cursando a disciplina. Os alunos foram divididos em iniciantes e concluintes, o grupo de iniciantes foi composto por alunos que cursavam disciplinas do 1º ao 3º período, e o grupo de alunos concluintes por alunos que cursavam disciplinas do 6º ao 8º período do curso.
Experiência com PCD	A experiência com PCD foi levantada pelo questionário de forma direta, e os alunos foram divididos em dois grupos, o primeiro grupo formado por alunos que declararam possuir experiência com PCD e o segundo grupo com alunos que declararam não possuir experiência com PCD.
Tipos de Experiência	A variável tipo de experiência, no primeiro momento contava apenas com experiência acadêmica ou profissional. Mas após a coleta de dados, esta variável foi dividida em cinco grupos em razão das respostas apresentadas: Acadêmica; Profissional; Acadêmica e Profissional; Acadêmica, Profissional e Outros; e outros. Pois identificou-se nas respostas alunos que possuíam experiência com PCD em mais de um ambiente.
Classificação Econômica	A classificação econômica dos alunos foi definida pelo Critério Brasil de Classificação Econômica (ABEP). Os alunos foram divididos em classes: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. A renda média domiciliar por classe, resultantes da aplicação do Critério Brasil: A: R\$ 23.345,11; B1: R\$ 10.386,52; B2: R\$ 5.363,19; C1: R\$ 2.965,69; C2: R\$ 1.691,44; D-E: R\$ 708,19.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4,1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ foi criada em 07 de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro, tendo sido reorganizada em 1937 quando passou então a se chamar Universidade do Brasil, e somente em 1965 passou a ser conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente a UFRJ possui 139 cursos/habilitações de graduação, ofertados em 29 unidades acadêmicas distribuídas em quatro campi e em diversas localidades. São cerca de 51 mil alunos de graduação com matrícula ativa em 2019, alocados em cursos diurnos e noturnos. (UFRJ, 2019)

Nos últimos anos, foram desenvolvidas diversas políticas, estratégias e ações para incentivar a inclusão de alunos com deficiência na UFRJ. De acordo com dados fornecidos pela Diretoria de Acessibilidade – DIRAC e pelos sites do Fórum Permanente, UFRJ Acessível e Inclusiva, o número de alunos ingressantes na instituição tem crescido significativamente nos últimos anos.

Em 2016 do total de 46.073 alunos presenciais na instituição, 289 alunos apresentavam algum tipo de deficiência, representando apenas 0,63% do total de alunos. Dentre as deficiências estavam: Motora (5), Visual (118), Auditiva (57) e "Vocal" (63). No segundo semestre de 2018, 33 alunos com deficiência tiveram seu pedido de matrícula deferido, e no primeiro semestre de 2019, 43 alunos com deficiência tiveram seu pedido deferido, conforme os dados disponibilizados pela DIRAC. Diante disso, são 76 novos alunos com algum tipo de deficiência na instituição apenas nesses dois semestres. (DIRAC, 2019)

Em relação aos eventos, foram realizados no período de 2014 e 2015, dois Fóruns de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva, tendo sido criado ainda um Fórum Permanente para tratar deste tema, e dois Encontros de Sensibilização UFRJ pela Acessibilidade em 2017 e 2018. Além da criação da Diretoria de Acessibilidade em 2018, conhecida pela sigla DIRAC. Importante destacar que essas iniciativas ocorrem no campus da cidade universitária, e a pesquisa foi realizada no campus praia vermelha.

4.2 ANÁLISE DAS ATITUDES SOCIAIS DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA FACC - UFRJ

As atitudes sociais dos alunos foram mensuradas com auxílio da ELASI, após levantados os resultados da média, mediana, mínimo e máximo, e a dispersão no escore ELASI, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Escore ELASI

	Alunos	%	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Dispersão (Q1 – Q3)
Escore ELASI	291	100	132,08	134,00	80,00	148,00	127,00 - 139,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os resultados dos escores indicam que a média do grupo foi 132,08 e a mediana 134, com o mínimo de 80 e máximo de 148 pontos na ELASI. Quanto a dispersão, ficou entre 127 e 139 pontos, o que indica um grau de favorabilidade das atitudes sociais dos alunos em relação à inclusão de alunos com deficiência. Omote (2016) analisou as atitudes sociais dos alunos dos cursos de Pedagogia, Terapia

Ocupacional, Fisioterapia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito, e os resultados evidenciaram que os alunos do primeiro grupo apresentaram atitudes sociais mais favoráveis do que os alunos dos cursos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito.

Uma das possíveis explicações, foi a grade curricular dos cursos, em que os cursos com alunos que apresentaram atitudes sociais mais favoráveis, ofertavam disciplinas com o tema inclusão. Este resultado converge com os achados na literatura ao reforçar a importância da apresentação do tema inclusão por meio de disciplinas, que no caso dos cursos de ciências contábeis, poderiam ser ofertadas como disciplinas eletivas.

4.2.1 Faixa Etária e o Escore ELASI

Estudos afirmam que as atitudes sociais em relação à inclusão, poderiam estar relacionadas com a idade, com jovens tendendo a ser mais suscetíveis a novas ideias do que pessoas de mais idade, portanto, seriam mais favoráveis (OMOTE; PEREIRA JR, 2011). Para analisar esta variável, os alunos foram divididos em faixas etárias conforme a tabela 2.

Tabela 2 – Faixa Etária e o Escore ELASI

<i>Faixa Etária</i>	<i>Alunos</i>	<i>%</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Dispersão (Q1 – Q3)</i>
17 a 19 anos	85	29,2	131,45	134,00	94,00	148,00	126,00 - 137,00
20 a 22 anos	112	38,5	132,72	134,00	103,00	147,00	128,00 - 140,00
23 a 25 anos	59	20,3	131,54	134,00	80,00	148,00	127,00 - 138,00
26 a 28 anos	18	6,2	133,17	133,50	117,00	147,00	127,50 - 139,25
29 a 31 anos	7	2,4	128,43	134,00	104,00	145,00	117,00 - 142,00
Acima de 31 anos	10	3,4	134,00	133,50	126,00	146,00	128,50 - 137,50
Total	291	100,0	132,08	134,00	80,00	148,00	127,00 - 139,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme evidenciado, a maior concentração de alunos é jovem, na faixa etária de 20 a 22 anos, o que representa 38,5% do total de alunos participantes e onde encontra-se a mediana de 21 anos. Os resultados apresentados na tabela 2, foram

mais homogêneos em relação à mediana, e apenas a média apresentou-se maior para o grupo acima de 31 anos. Após análise dos pressupostos básicos conforme descrito na metodologia, o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis resultou no p-valor de 0,941, evidenciando que a diferença entre os grupos não foi significativa. Em outras palavras, não é possível afirmar que a idade seja uma variável de influência nas atitudes sociais dos alunos em relação à inclusão de alunos com deficiência.

Este achado corrobora com o estudo de Maurya e Parasar (2017) que apesar de ter adotado a escala de mensuração de atitudes de Yuker, Block e Campbell (1960) para mensurar as atitudes sociais em relação à inclusão de alunos com idade entre 13 a 19 anos, também não encontrou diferença estatisticamente significativa em relação à essa variável. Outros estudos que também analisaram essa variável, nos revelam que apenas a idade pode não exercer influência significativa, mas é preciso analisar a sua relação com outros fatores, como por exemplo maior tempo de experiência, mais capacitação e maior tempo de atuação em determinadas áreas (OMOTE; PEREIRA JR, 2011, ORRICO, 2011, CHAHINI, 2016).

4.2.2 Tempo de Permanência na UFRJ e o Escore ELASI

Para verificar se o tempo de permanência na instituição poderia tornar as atitudes sociais dos alunos mais favoráveis à inclusão, os alunos foram divididos em dois grupos: iniciantes do 1º ao 3º período, e concluintes do 6º ao 8º período. Os resultados da ELASI para estes grupos, estão evidenciados na tabela 3.

Tabela 3 – Tempo de Permanência na UFRJ e o Escore ELASI

Grupo	Alunos	%	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Dispersão (Q1 – Q3)
Iniciantes	182	62,5	132,16	134,50	94,00	148,00	126,75 - 139,00
Concluintes	109	37,5	131,94	134,00	80,00	148,00	127,00 - 139,00
Total	291	100	132,08	134,00	80,00	148,00	127,00 - 139,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

O grupo de alunos iniciantes apresentou média e mediana superiores aos valores médios e medianos, apresentados pelo grupo de alunos concluintes, o que poderia indicar que os alunos iniciantes apresentaram atitudes sociais mais favoráveis

à inclusão do que os alunos concluintes. Entretanto, o resultado do teste U de Mann-Whitney com p-valor de 0,909 evidenciou que não é possível afirmar que os alunos iniciantes tenham apresentado atitudes sociais mais favoráveis à inclusão do que o grupo de alunos concluintes.

Para Dibra, Osmanaga e Bushati (2013) é muito importante que os alunos estudem sobre a deficiência, para que possam apresentar diferenças em suas atitudes acerca da inclusão. Com base na teoria da mudança de atitude, é necessário que as intervenções sejam focadas nos conhecimentos básicos sobre atitudes e sobre as pessoas com deficiência.

Outra possível explicação para diferença ou influência nas atitudes sociais, é destacada por Fort (2017) ao analisar os adolescentes em um acampamento de verão, e concluir que ambientes de recreação envolvendo níveis de proximidade podem aumentar a aceitação social entre indivíduos sem deficiência em relação a seus pares com deficiência. Então, além do tempo de permanência, se essa permanência proporciona um ambiente que envolvam esse tipo de contato, pode influenciar de forma positiva as atitudes sociais dos alunos em reação à inclusão, é o que poderia ocorrer também nos intervalos entre as aulas e realização de atividades em grupos.

4.2.3 Experiência com PCD e o Escore ELASI

Conforme o estudo de Budisch (2004), quanto mais contato a pessoa tiver com uma pessoa com deficiência, mais positiva será sua atitude em relação à inclusão de PCD. Portanto, para verificar se os alunos com experiência, apresentavam atitudes sociais mais favoráveis à inclusão do que os alunos sem experiência, foram divididos em dois grupos conforme os resultados apresentados na tabela 4.

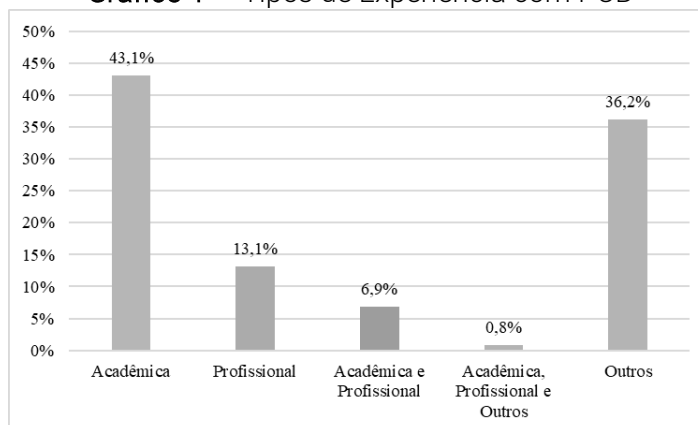
Tabela 4 – Experiência com PCD e o Escore ELASI

<i>Grupo</i>	<i>Alunos</i>	<i>%</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Dispersão (Q1 – Q3)</i>
Sem experiência	161	55,3	131,94	134,00	103,00	148,00	126,00 - 138,00
Com experiência	130	44,7	132,25	135,00	80,00	148,00	128,00 - 139,00
Total	291	100,0	132,08	134,00	80,00	148,00	127,00 - 139,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

O grupo de alunos com experiência apresentou média e mediana superiores aos resultados do grupo de alunos sem experiência com PCD. Dentre os participantes, 44,7% dos alunos declararam possuir algum tipo de experiência, conforme apresentado no gráfico 1, o grupo outros engloba as experiências fora do ambiente acadêmico e profissional.

Gráfico 1 – Tipos de Experiência com PCD



Fonte: Dados da Pesquisa.

O teste U de Mann-Whitney resultou no p-valor de 0,347, portanto apesar de terem apresentado maior mediana, não é possível afirmar que os alunos com experiência com PCD tenham apresentado atitudes sociais mais favoráveis à inclusão do que os alunos sem experiência. Estes resultados divergem do estudo de Chahini (2016) ao evidenciar que os alunos que estavam em contato com colegas com deficiência em suas turmas, apresentaram atitudes sociais mais favoráveis do que os alunos que não tinham essa experiência.

Entretanto, o autor analisou as atitudes sociais também entre os professores, que não apresentaram diferença significativa. Uma possível explicação para os resultados diferentes entre os grupos de alunos e o grupo de professores, foi a intensidade do contato, e como esta experiência poderia ser considerada, por exemplo os alunos tendem a estar em contato por mais tempo e mais próximos dos alunos com deficiência, do que o professor que além de passar menos horas com a turma, talvez não tivesse um contato tão direto quanto o contato entre os alunos (CHAHINI, 2016).

Omote (2016) destaca ainda, que as atitudes sociais em relação à inclusão entre os alunos de graduação, podem depender tanto de conteúdos curriculares a que são submetidos, conteúdos esses que fazem parte da grade do curso, quanto pela

experiência de convívio com colegas com deficiência e também da interação entre essas variáveis. Portanto, para verificar se o tipo de experiência poderia influenciar nas atitudes sociais em relação à inclusão, os alunos com experiência foram divididos em grupos por tipo de experiência, conforme apresentado na tabela 5.

Tabela 5 – Tipos de Experiência com PCD e o Escore ELASI

<i>Tipo de Experiência</i>	<i>Alunos</i>	<i>%</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Dispersão (Q1 – Q3)</i>
Acadêmica	56	43,1	132,68	135,00	104,00	147,00	128,25 - 138,75
Profissional	17	13,1	132,71	137,00	80,00	146,00	131,00 - 140,00
Acadêmica e Profissional	9	6,9	137,33	140,00	122,00	146,00	130,50 - 144,00
Acadêmica, Profissional e Outros	1	0,8	-	-	-	-	-
Outros	47	36,2	130,26	132,00	94,00	145,00	124,00 - 138,00
Total	130	100,0	132,25	135,00	80,00	148,00	128,00 - 139,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme evidenciado na tabela 5, o grupo que declarou experiência com PCD, tanto acadêmica quanto profissional, apresentou média e mediana superiores aos demais grupos de tipos de experiência. A menor mediana foi do grupo de experiência "outros" (amigos, colegas e familiares) o que poderia indicar que os alunos que tiveram contato com pessoas em ambiente acadêmico ou profissional, tendem a apresentar atitudes sociais mais favoráveis à inclusão, do que os alunos que tiveram contato com PCD apenas fora deste ambiente.

Duff, Ferguson e Gilmore (2007) analisaram as atitudes dos gestores de recursos humanos em relação ao emprego e à empregabilidade das pessoas com deficiência em empresas de contabilidade do Reino Unido. Os resultados obtidos após entrevistas com nove gestores, indicaram uma conscientização da legislação existente em relação às pessoas com deficiência, por parte destes, em particular, a *Disability Discrimination Act* de 1995, o que mostra que a inclusão em ambientes profissionais ocorre em muitos casos por força da legislação, e o conhecimento da legislação poderia influenciar uma mudança de atitude.

O resultado do teste de Kruskal-Wallis com o p-valor de 0,066 indica que não é possível afirmar que o tipo de experiência tenha influenciado nas atitudes sociais dos

alunos em relação à inclusão. Conforme Krech, Crutchfield e Ballachey (1969), quanto mais informações uma pessoa obtém por meio do contato com PCD, mais favoráveis poderão ser as suas atitudes, entretanto nem sempre isso ocorre de fato. E pode ser que essa nova informação decorrente do contato, torne inclusive essa experiência negativa.

4.2.4 Classificação Econômica e o Escore ELASI

As atitudes sociais podem passar por mudanças, conforme Krech, Crutchfield e Ballachey (1969) um dos exemplos em que essas mudanças podem ocorrer é nos casos de melhoria na situação econômica, ou ainda, em situações como o desaparecimento de restrições políticas. Esta seção investigou se a classe econômica, de acordo com o Critério Brasil de Classificação Econômica (ABEP) dos discentes, poderia influenciar nas atitudes sociais em relação à inclusão de alunos com deficiência.

Tabela 6 – Distribuição por Classe Econômica

		<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem válida</i>	<i>Porcentagem acumulativa</i>
<i>Classe Econômica</i>	A	82	28,2	28,2	28,2
	B1	57	19,6	19,6	47,8
	B2	90	30,9	30,9	78,7
	C1	42	14,4	14,4	93,1
	C2	18	6,2	6,2	99,3
	D	2	0,7	0,7	100,0
	Total	291	100,0	100,0	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme evidenciado na tabela 6, dos 291 alunos que participaram da pesquisa, 47,8% pertenciam às classes A ou B1, 30,9% pertenciam a classe B2 e apenas 21,3 pertenciam às classes C ou D. A tabela 7 apresenta os resultados da ELASI por grupo de classe econômica.

Tabela 7 – Classificação Econômica e o Escore ELASI

		Alunos	%	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Dispersão (Q1 – Q3)
Classe Econômica	A	82	28,2	131,96	134,00	80,00	148,00	127,75 - 138,50
	B1	57	19,6	134,02	135,00	115,00	147,00	130,00 - 139,50
	B2	90	30,9	131,67	134,00	94,00	146,00	127,75 - 138,00
	C1	42	14,4	132,59	134,00	103,00	148,00	126,00 - 139,25
	C2	18	6,2	128,33	132,50	104,00	146,00	117,00 - 140,25
	D	2	0,7	123,00	123,00	117,00	129,00	117,00 -
	Total	291	100,0	132,08	134,00	80,00	148,00	127,00 - 139,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

A tabela 7 evidencia que a classe B1 apresentou o maior valor de média e mediana. Já as classes C2 e D apresentaram valores médios e medianos inferiores em relação às demais classes. Esses resultados poderiam indicar que as classes C2 e D são menos favoráveis à inclusão de alunos com deficiência do que as demais classes econômicas, o que poderia confirmar a hipótese da influência das restrições econômicas nas atitudes sociais. Entretanto, o teste de Kruskal-Wallis apresentou um p-valor de 0,469, ou seja, a diferença entre os grupos não é estatisticamente significativa. Portanto, não é possível afirmar que a classe econômica tenha influenciado nas atitudes sociais em relação à inclusão de alunos com deficiência. Como mencionado anteriormente, é possível que apenas essa variável não seja suficiente para explicar a influência nas atitudes sociais em relação à inclusão (ORRICO, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o número de alunos com deficiência no ensino superior tem aumentado consideravelmente, principalmente decorrente das inúmeras iniciativas em prol da educação inclusiva, um dos marcos recentes é a legislação de reserva de vagas nas IES públicas federais, que entrou em vigor a partir de dezembro de 2016. Mas apesar do avanço no acesso de alunos com deficiência no ensino superior, esses alunos ainda enfrentam uma série de desafios e barreiras no processo de inclusão, dentre as barreiras destacam-se as barreiras atitudinais, foco deste estudo.

Portanto, o objetivo deste estudo foi mensurar e analisar o grau de favorabilidade das atitudes sociais dos discentes de Ciências Contábeis, em relação à inclusão de alunos com deficiência, na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ, e verificar se as variáveis idade, tempo de permanência na UFRJ, experiência com PCD e tipos de experiência, além da classificação econômica, poderiam influenciar as atitudes sociais dos alunos em relação à inclusão.

Participaram da pesquisa 291 alunos, e após a análise das atitudes sociais, concluiu-se que de forma geral, os alunos apresentaram atitudes sociais favoráveis à inclusão de alunos com deficiência na FACC. Em relação à influência das variáveis idade, tempo de permanência na UFRJ, experiência com PCD, tipos de experiência e a classificação econômica, nas atitudes sociais em relação à inclusão, não apresentaram diferenças estatisticamente significativas, de modo que não foi possível afirmar que essas variáveis de forma isolada tenham influenciado de forma significativa as atitudes sociais em relação à inclusão de alunos com deficiência.

A idade foi analisada por outros estudos como uma variável que poderia influenciar nas atitudes sociais, evidenciando que pessoas mais jovens estariam mais abertas à inclusão, entretanto as pessoas de mais idade podem carregar maior experiência ou maior tempo de atuação em determinadas áreas, que ao longo dos anos tenham os tornado mais favoráveis à inclusão. Essa variável, pode não ter sido significativa neste estudo, inclusive pelo fato de os alunos terem apresentado idades muito próximas, o que talvez não tenha sido suficiente para indicar diferença significativa nas atitudes sociais entre os grupos.

Já o tempo de permanência é encontrado na literatura como uma variável significativa em cursos que ofertavam disciplinas sobre o tema inclusão, o que não foi o caso do curso analisado por este estudo. Quanto à variável experiência com PCD e tipos de experiências, apesar dos resultados apontarem diferença nas atitudes sociais dos alunos com experiência, indicando maior favorabilidade do que os alunos sem experiência, essa diferença não foi estatisticamente significativa. E quanto à classificação econômica, que poderia indicar a influência das restrições econômicas nas atitudes sociais das pessoas, não foram encontrados estudos que tenham analisado essa variável com a ELASI, portanto, não foi possível comparar com outros

achados. Mas de forma geral, apesar de ser um curso relacionado à conhecimentos da conjuntura econômica, o que poderia aumentar a sensibilidade desses alunos a essa variável, não foi estatisticamente significativa a diferença das atitudes sociais entre os grupos de classes econômicas.

Por fim, os resultados sugerem que as atitudes sociais em relação à inclusão de alunos com deficiência, podem estar relacionadas a diversos fatores conjuntamente e não apenas a uma variável especificamente. Por isso, mais importante do que verificar a influência de cada um desses fatores, é entender que as atitudes sociais não dependem apenas da atuação isolada de cada variável para modificar as atitudes sociais e torná-las menos ou mais favoráveis à inclusão. De qualquer forma, os achados evidenciaram a necessidade de investigar a intensidade e a relação dessas experiências, e como grades curriculares com disciplinas sobre o tema, podem vir a influenciar positivamente o grau de favorabilidade dos alunos à inclusão de PCD. Portanto, não apenas a instituição estudada nesta pesquisa, deve continuar a promover iniciativas que visem contribuir para a mudança de atitudes positivamente, como por exemplo as intervenções por meio de eventos, treinamentos ou até mesmo disciplinas que abordem a temática, mas também promover o debate deste tema nas demais IES. Em relação às limitações deste estudo, há algumas considerações a serem feitas, o foco foi apenas na barreira atitudinal e nas atitudes sociais, não abordando assim as demais barreiras, que podem assim como essa, influenciar diretamente na permanência desses alunos na instituição. Apesar da amostra ter sido constituída por um número considerável de alunos, não é possível generalizar os resultados obtidos neste estudo, devido as características específicas desses alunos e desse cenário que influenciam diretamente nas atitudes sociais.

Portanto, sugerem-se como novas pesquisas que o estudo possa ser replicado após um período temporal de dois ou três anos, com outras amostras e ainda outras variáveis não testadas por este estudo, como a variável capacitação, o fato de ter participado ou não de algum desses eventos relacionados a temática desenvolvidos pela instituição. Assim como a aplicação do estudo com os docentes e demais funcionários, e em outras IES, além da comparação com outros cursos da área de gestão e negócios. Ao concluir este estudo, espera-se ter alcançado as contribuições

teóricas, metodológicas e empíricas, mas acima de tudo ter contribuído para suscitar discussões e reflexões sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior em ciências contábeis. Assim como espera-se ter contribuído para despertar o interesse na comunidade acadêmica para esta lacuna, por mais conhecimento e o desenvolvimento de estudos acerca do tema.

REFERÊNCIAS

- ABEP. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério Brasil 2019**. Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 10 out. 2018.
- ADA. **Americans with Disabilities Act, 1990**. Disponível em: <https://adata.org/learn-about-ada>. Acesso em: 23 maio 2018.
- ALMEIDA JR, C. B. DE; FERNANDES, S. Políticas de acessibilidade no ensino superior: desafios institucionais. *Estação Científica* (UNIFAP), v. 6, n. 3, p. 75–83, 2016.
- BARRETO NETO, R. DE S.. Contabilidade Inclusiva: Uma Necessidade Especial. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 1, n. 13, p. 6-11, 2004.
- BLACKWELL, Y. **Students with disabilities attitudes regarding accommodations and services provided by Disability Services**. Thesis (Master of Arts in Higher Education) Rowan University, New Jersey, United States, 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 21 abr. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. 2016. Para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 21 abr. 2018.
- BUDISCH, K. Correlates of College Students' Attitudes Toward Disabilities. *Journal of Undergraduate Research*, v. 7, p. 1–5, 2004.

CARMO, C. R. S.; CUNHA, P. DO P. Alunos com Necessidades Educacionais Especiais nos Cursos de Ciências Contábeis: Um Estudo sobre seu Aproveitamento no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), v. 21, n. 2, p. 18–33, 2016.

CARVALHO, C. L. C. DE. **Pessoas com Deficiência no Ensino Superior: Percepções dos Alunos**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2015.

CHAHINI, T. H. C. Atitudes Sociais em relação à inclusão de alunos (as) com deficiência na educação superior. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 7, n. 19, p. 314–328, 2016.

CHAIKLIN, H. Attitudes, Behavior, and Social Practice. **The Journal of Sociology & Welfare**, v. 38, n. 1, p. 31–54, 2011.

COHEN, P. S. Social Attitudes and Sociological Enquiry. **The British Journal of Sociology**, v. 17, n. 4, p. 341–352, 1966.

COOPER, D. R; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 10. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CRESWELL, J. W.; PLANO-CLARK, V. L. **Pesquisa de Métodos Mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DIAS, R. S. O. et al. O Processo De Ensino-Aprendizagem do Método das Partidas Dobradas para Alunos com Deficiência Visual. **CAP Accounting and Management**, v. 2019, n. 12, 2018.

DIBRA, G.; OSMANAGA, F.; BUSHATI, J. Students' Attitudes Toward Disability. **European Scientific Journal**, v. 9, n. 31, p. 214–224, 2013.

DIRAC, **Diretoria de Acessibilidade**. Disponível em: <https://ufrj.br/dirac>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

DUARTE, L. Do N. **Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2006, 2008 e 2012: Educação em Debate**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017.

DUFF, A.; FERGUSON, J.; GILMORE, K. Issues concerning the employment and employability of disabled people in UK accounting firms : An analysis of the views of human resource managers as employment gatekeepers. **The British Accounting Review**, v. 39, n. 1, p. 15–38, mar. 2007.

FÁVERO, L. P. et al. **Análise de Dados: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERNANDES, A. C. R.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de; ALMEIDA, L. DA S. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade Portuguesa. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 483–492, 2016.

FONSECA-JANES, C. R. X.; OMOTE, S. Estudo interinstitucional das atitudes sociais em relação à inclusão de estudantes universitários. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. Extr, n. 11, 2015.

FORT, M. et al. Adolescent Summer Camp Volunteers' Attitudes Toward Peers with Disabilities. **Leisure Sciences**, v. 39, n. 3, p. 277–294, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington**. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2016**. 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.

KRAEMER, M. E. P. A Educação Inclusiva e a Contabilidade. **Pensar Contábil**, v. 8, n. 31, p. 1-10, 2006.

KRECH, D.; CRUTCHFIELD, R. S.; BALLACHEY, E. L. **O indivíduo na sociedade**. São Paulo: Pioneira, 1969.

MAURYA, A. K.; PARASAR, A. Attitudes toward Persons with Disabilities: A Relationship of Age, Gender, and Education of Students. Original Research Paper. **The International Journal of Indian Psychology**, v. 4, n. 4, p. 2348–5396, 2017.

OMOTE, S. A Construção de uma Escala de Atitudes Sociais em Relação à Inclusão: Notas Preliminares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 1, p. 33–48, 2005.

OMOTE, S. Atitudes em Relação à Inclusão no Ensino Superior. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. s1, p. 211-215, 2016.

OMOTE, S. Atitudes Sociais em relação à inclusão: Estudos Brasileiros. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 8, n. 3, p. 11, 2013.

OMOTE, S. PEREIRA JR, A. A. Atitudes Sociais de Professoras de um Município de Médio Porte do Paraná em Relação à Inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 1, p. 7–15, 2011.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicaps): um manual de classificação das consequências das doenças**. Lisboa: SNR, 2004.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2007. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoascomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

ORRICO, H. **A inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais frente ao aspecto atitudinal do corpo docente nos primeiros e sextos anos do ensino fundamental**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

PLETSCH, M. D.; MELO, F. R. L. V. de. Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade e inclusão nas universidades federais da região sudeste. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1610–1627, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10354. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354>. Acesso em: 30 maio. 2021.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.) Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 76-97.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. 27^a ed. Petrópolis - RJ:Vozes, 2009.

SANTANA, E. DA S. **Atitudes de estudantes universitários frente a alunos com deficiência na UNESP de Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013.

SCHLIEMANN, A. L.; NOGUEIRA, L. DE F. Z. Inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior – favorecendo a autonomia na Universidade de Sorocaba. In: Seminário Internacional de Educação Superior: formação e conhecimento, 2014. **Anais...** Sorocaba,SP : Uniso, 2014, p. 1–11.

SIMONSON, S.; GLICK, S.; NOBE, M. E. C. Accessibility at a public university: student's perceptions. **Journal of Facilities Management**, v. 11, n. 3, p. 198–209, 2013.

SOUZA, M. M. G. DA S. E. Atitudes sociais em relação à inclusão e concepção sobre atendimento educacional especializado na formação de especialistas em Educação Especial. *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 59, p. 751–762, 2017.

UFRJ. **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://ufrj.br/>. Acesso em 20 set. 2019.

UNESCO. **Declaração De Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca–Espanha, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 30 maio 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990**. 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 30 maio 2021.

UNITED NATIONS. **Global Status Report on Disability and Development**. UN DESA Department of Economic and Social Affairs, New York, p. 1–230, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/documents/disability/2016/GlobalStatusReportonDisabilityandDevelopment.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

VIEIRA, C. M. **Atitudes sociais em relação à inclusão: efeitos da capacitação de professores para ministrar programa informativo aos alunos**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUKER, H. E., BLOCK, J. R., & CAMPBELL, W. J. **A scale to measure attitudes towards disabled persons (Human Resources Studies)**. Albertson, NY: Human Resources Center, 1960.